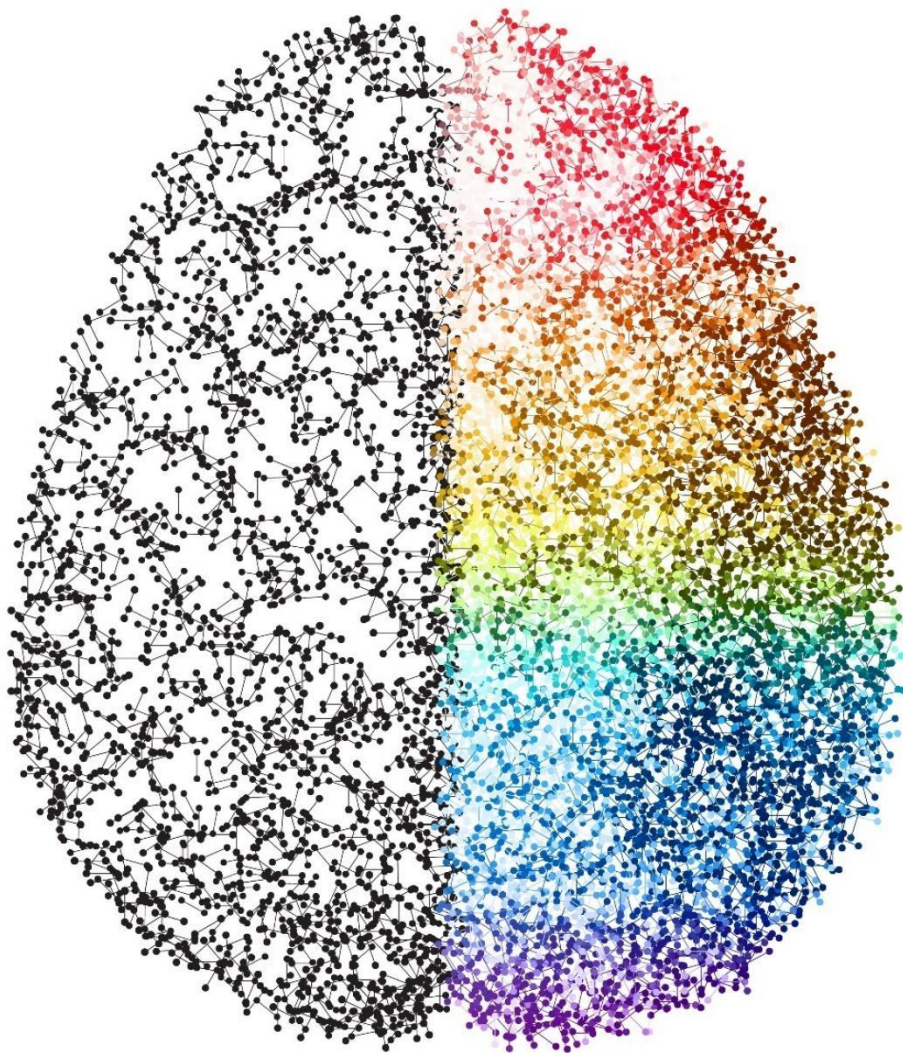


Boas Práticas com Estudantes Neurodiversos: Orientações para Docentes do Ensino Superior



Gabriela Souza Silva
Ana Paula Madeira Di Benedetto

2022

Essa publicação é uma iniciativa do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - NAP/UENF voltada às pessoas que têm interesse em inclusão e educação inclusiva. A publicação trata das boas práticas com estudantes neurodiversos no ensino superior, e espera contribuir com a prática dos docentes nessa etapa de formação. Boa leitura e boas práticas!



nap
Núcleo de
Acessibilidade
Pedagógica

 **UENF**
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

proex
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

APOIO:  **FAPERJ**  **CNPq**

Logotipos do NAP/UENF, UENF, Pró-reitoria de Extensão da UENF - PROEX, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



Capa do livro: Image by vilmosvarga. Designed by Freepik

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Gabriela Souza

Boas práticas com estudantes neurodiversos
[livro eletrônico] : orientações para docentes
do ensino superior / Gabriela Souza Silva,
Ana Paula Madeira Di Beditto. -- 1. ed. --
Campos dos Goytacazes, RJ : Ed. da Autora, 2022.
PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-52742-1

1. Educação inclusiva 2. Ensino superior
3. Neurodiversidade 4. TEA (Transtorno do Espectro
Autista) 5. TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção
com Hiperatividade) I. Beditto, Ana Paula Madeira
Di. II. Título.

22-128167

CDD-378.0071

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior : Didática : Aplicação das
neurociências : Educação 378.0071

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Direito autoral registrado na Câmara Brasileira do Livro em nome das autoras:
DA-2022-026134



Apresentação das autoras:

Gabriela Souza Silva

Psicóloga, Pós Graduada em Neuropsicologia. Bolsista de Apoio ao Ensino da Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Membro do grupo de pesquisa Neuropsicologia, Estimulação Cognitiva e Reabilitação Neuropsicológica Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense de Campos - ESR/UFF Campos.

Ana Paula Madeira Di Beneditto

Bióloga, Mestre e Doutora em Biociências e Biotecnologia. Pedagoga especializada em atendimento educacional especializado e neuropsicopedagogia. Professora do Laboratório de Ciências da UENF. Bolsista de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e bolsista do programa Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Sumário

Prefácio	4
Considerações iniciais	5
Neurodivergente, neuroatípico ou neurodiverso? O que é neurodiversidade?	6
Tipos de neurodivergência, suas definições e especificidades	9
Neurodivergência e legislação	14
Estudantes neurodiversos no ensino superior	16
Orientações para docentes do ensino superior e práticas didático-pedagógicas com estudantes neurodiversos	19
Considerações finais	32
Referências citadas no texto, sugestões de leitura e links sobre o tema	33



Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Prefácio

O livro “Boas Práticas com Estudantes Neurodiversos” nos introduz a um dos maiores desafios da atividade de ensino-aprendizagem nos dias atuais, a verdadeira inclusão de discentes neurodiversos no ensino superior. Judy Singer, uma socióloga australiana, foi pioneira em propor a expressão neurodiversidade como forma de desconstruir visões prevalentes de que a pluralidade neurológica estaria atrelada a alguma patologia. Nesta visão, neurodiversos representam um grupo social que defende o combate ao estigma em uma mesma perspectiva das questões que envolvem etnia, gênero e orientação sexual. Neste contexto, o ensino superior baseado em competências é um dos caminhos a serem trilhados para desenvolvermos o “saber fazer”, considerando e valorizando as particularidades do sujeito (nossos estudantes). Sendo assim, como desenvolver o “saber fazer” em docentes do ensino superior na perspectiva da inclusão de estudantes neurodiversos?

Quando recebi o convite das autoras para escrever este prefácio, me coloquei na posição de diversos docentes do ensino superior que não possuem conhecimento didático-pedagógico nesta temática. Nesta perspectiva, elenco aqui algumas das perguntas que me fiz sobre este livro e que acredito os leitores também se perguntarão: “este livro me ajudará a entender um pouco mais desse universo por muitas vezes oculto aos docentes?; “este livro me ajudará na minha prática docente considerando a mais que necessária inclusão de estudantes neurodiversos?”; “este livro me ajudará a entender o porquê e a importância das adequações nas práticas didático-pedagógicas para neurodiversos?”. A resposta para todas essas questões foi um grandioso SIM. Recomendo a leitura do livro “Boas Práticas com Estudantes Neurodiversos: Orientações para Docentes do Ensino Superior” por entender que este livro trará consigo um impacto direto no leitor e também nos discentes aos quais poderão junto aos docentes, alvo desta obra, construir o caminho da inclusão dentro e fora da sala de aula.

Profa. Clícia Grativol Gaspar de Matos

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Considerações iniciais

Nada sobre nós sem nós! Essa frase é a tradução literal de Nothing about us without us. A frase, que data do início do século XX, teve origem nos Estados Unidos e se tornou o lema para representar o movimento das pessoas com deficiência e de outros grupos socialmente minorizados. O lema indica que as decisões que envolvem essas pessoas devem ser tomadas com a participação delas. Nem todas as pessoas neurodiversas são pessoas com deficiência, mas muitas compartilham a vivência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações pelo fato de não serem pessoas neurotípicas ou típicas.

As contribuições nas áreas da saúde, educação, tecnologia e legislação para a melhoria da qualidade de vida e a garantia dos direitos dessas pessoas é inegável. Essas contribuições permitiram, entre outras coisas, o acesso ao ensino superior, que lhes era dificultado ou negado algumas décadas atrás. Apesar das garantias legais de ingresso no ensino superior e de organização de condições de acessibilidade que permitam o atendimento de suas necessidades para permanência, as pessoas neurodiversas ainda se deparam com barreiras. A principal barreira é a social. A transposição da barreira social está diretamente relacionada à mudança de comportamento das pessoas, em especial das pessoas típicas, nomeada por Sassaki (2009) como acessibilidade atitudinal.

O Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - NAP/UENF quer contribuir na superação da barreira social a partir da organização da série de publicações denominada de 'Boas Práticas'. Neste caso, trata-se da publicação 'Boas Práticas com Estudantes Neurodiversos: Orientações para Docentes do Ensino Superior'. A organização desta publicação, direcionada aos docentes que atuam no ensino superior, partiu de duas constatações. Primeiro, a carência de publicações voltadas a esse público, uma vez que a maioria dos livros, artigos científicos e sites da internet aborda práticas didático-pedagógicas com crianças e jovens, ou seja, práticas voltadas à educação básica. Segundo, as estatísticas da educação superior brasileira que mostram o aumento significativo de matrículas de pessoas neurodiversas em cursos de graduação.

Boa leitura e boas práticas!

Neurodivergente, neuroatípico ou neurodiverso? O que é neurodiversidade?

As pessoas que têm algum diagnóstico de transtorno do neurodesenvolvimento são chamadas neurodivergentes ou neuroatípicas. Pessoas neurotípicas (ou típicas) são aquelas que não possuem problemas de desenvolvimento neurológico. Neurodiverso é que ou aquele que exibe padrão de funcionamento cerebral e de comportamento atípico, face ao conjunto da população humana; neurodivergente. Portanto, os termos neurodivergente, neuroatípico e neurodiverso são sinônimos. Neurodiverso também é adjetivo que significa relativo a neurodiversidade. Então, qual é o melhor termo a ser empregado? Tanto faz. Nesta publicação, incluindo no título, optamos pelo termo neurodiverso quando se trata de adjetivar pessoas.

Os transtornos do neurodesenvolvimento

Inicialmente, é importante definir a diferença entre doença, transtorno e síndrome. Todos esses termos se referem a uma perturbação do estado normal de saúde, mas com condições distintas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), doença é qualquer ausência de saúde acompanhada por alterações do estado de equilíbrio de uma pessoa em relação ao ambiente. O termo doença engloba o prejuízo das funções psíquicas, de um órgão em específico ou do organismo como um todo, o que dá origem a sintomas e sinais característicos. Para que uma condição seja considerada doença, é preciso o atendimento a três critérios: ter uma causa reconhecida; manifestar-se por meio de uma sintomatologia específica; e provocar alterações no organismo (visíveis ou detectadas por exames). Transtornos são alterações na saúde relacionados à ordem mental ou psicológica, que podem ou não estar associados a uma doença. Os transtornos não apresentam uma única causa definida, podendo ser resultado de aspectos genéticos, biológicos e psicológicos. Alguns transtornos também podem ser referidos como distúrbios. A síndrome é definida como uma reunião de sintomas e sinais que estão associados a mais de uma causa. Diferente do que acontece em uma doença, a sintomatologia das síndromes é inespecífica.

Os especialistas da área da saúde que têm competência para dar diagnósticos de transtornos do neurodesenvolvimento se baseiam no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2014). Cuidado com os diagnósticos da “internet”! A disseminação de informações e a facilidade de busca alavancadas pela internet são um incentivo a autodiagnósticos ou diagnósticos para terceiros, muitas vezes absolutamente equivocados. Todos podemos buscar informação a título de esclarecimento, mas em se tratando de saúde a competência do diagnóstico é exclusividade dos profissionais da área.

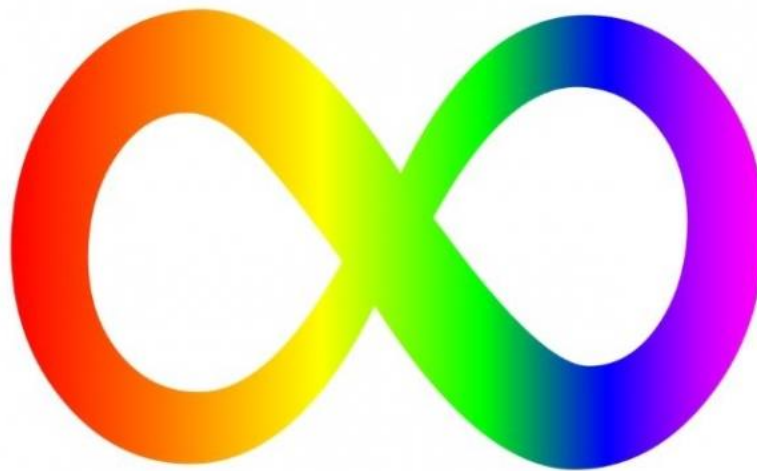
Os transtornos do neurodesenvolvimento, com início dos sintomas ainda na infância, de causa multifatorial, são o resultado de alterações na estrutura cerebral, alterações biológicas e genéticas que têm suas manifestações em variações comportamentais e cognitivas. Ainda que os transtornos do neurodesenvolvimento sejam categorizados de forma homogênea, ou que as condições clínicas dos indivíduos acometidos sejam semelhantes, as manifestações cognitivas podem se dar de diversas maneiras.

As dificuldades características de transtornos do neurodesenvolvimento podem estar relacionadas aos aspectos da aprendizagem, prejuízos globais no desenvolvimento das habilidades cognitivas, linguagem, comunicação e comprometimento intelectual. Os estudos com a população brasileira sobre a prevalência das condições do neurodesenvolvimento ainda são escassos, entretanto, sabe-se que o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são os principais transtornos do neurodesenvolvimento (Reis et al., 2020).

De forma geral, o diagnóstico acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento altera a vida e o cotidiano de toda a família, nos aspectos econômicos, sociais e emocionais, seja pela demanda com terapias e intervenções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança e do jovem, ou pela sobrecarga emocional gerada. Por isso, cabe destacar que é preciso levar em conta a saúde e o bem estar não só de quem recebe o diagnóstico, mas também de toda a família que atua como rede de apoio e suporte.

O que é neurodiversidade?

A neurodiversidade é um movimento protagonizado pelas pessoas que possuem o diagnóstico de transtorno do neurodesenvolvimento. Liderado inicialmente pelo movimento de pessoas autistas e outras condições neurológicas diversas, o movimento ganha força nos últimos anos graças à maior visibilidade e presença de pessoas neurodiversas nos espaços de destaque social, incluindo espaços acadêmicos. Essa perspectiva leva as pessoas neurodiversas a assumirem o protagonismo das suas ações frente às determinações estigmatizantes pela sua condição neurológica, de modo que suas potencialidades sejam levadas em conta.



Infinito nas cores do arco-íris é o símbolo da neurodiversidade.

Tipos de neurodivergência, suas definições e especificidades

Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (deficiência intelectual)

O transtorno do desenvolvimento intelectual ou deficiência intelectual é caracterizado como um distúrbio do desenvolvimento neurológico iniciado durante a infância, em idade pré-escolar, que inclui dificuldades na aquisição, retenção ou aplicação de habilidades intelectuais específicas, prejudicando o desempenho funcional, pessoal, social e acadêmico.

Como os demais transtornos do neurodesenvolvimento, essa condição pode comprometer a aplicação das habilidades cognitivas e funções executivas, tais como atenção, memória e linguagem, comprometendo a realização das atividades de vida diária, vida prática e desempenho escolar.

Para fins diagnósticos, os déficits precisam ser apresentados concomitantemente em duas categorias: i) comprometimento na função intelectual, relativo ao raciocínio, planejamento, pensamento abstrato, aprendizagem na escola ou por meio de experiências; e ii) comprometimento nas funções adaptativas, ligado a capacidade de atender de forma apropriada aos padrões de acordo com a idade e condição sociocultural, de modo que possua autonomia para realização das atividades de vida diária de forma independente.

O comprometimento e a classificação não são medidos apenas pelo valor correspondente ao quociente de inteligência, e é preciso considerar também o quanto de suporte é necessário para realização das atividades cotidianas. Dessa forma, essa perspectiva de considerar o nível de suporte necessário, destacando as potencialidades do sujeito e dando importância às necessidades específicas, relacionando-se às exigências do ambiente em que a pessoa está inserida, é uma forma respeitosa de praticar a inclusão.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA ou autismo é caracterizado por dificuldades significativas na interação e na comunicação social, sendo verbal ou não verbal em diferentes contextos interpessoais, com a presença de padrões de comportamentos, interesses ou atividades restritos, repetitivos e/ou estereotipados, prejuízos no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas da vida. O DSM-5 revisou a nomenclatura médica, e TEA é agora o termo que define o grupo de transtornos de neurodesenvolvimento que constituem o autismo (transtorno autista, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento e transtorno desintegrativo da infância) (APA, 2014). TEA é um espectro pelo fato de ser um transtorno que se manifesta em diferentes níveis.

Não existe um exame específico para detectar o TEA. O diagnóstico é essencialmente clínico, realizado por meio de observação direta do comportamento do paciente e de entrevistas com os pais ou cuidadores. O diagnóstico do TEA tem uma prevalência aproximada de até 4% da população, atingindo em maior escala meninos do que meninas (para cada menina diagnosticada com TEA, há quatro meninos). Ressalta-se sobretudo, que pela característica do mascaramento dos sintomas e maior adaptação social, considera-se atualmente um subdiagnóstico para meninas e mulheres autistas. A apresentação dos sintomas ocorre no período inicial do desenvolvimento, ainda nos primeiros meses de vida, e se torna mais evidente à medida que as demandas sociais aumentam. Os sintomas podem ser minimizados por estratégias aprendidas ao longo da vida. A intervenção precoce, ainda na primeira infância, quando a neuroplasticidade do indivíduo é mais acentuada, é fundamental para a qualidade de vida da pessoa diagnosticada com TEA.

O diagnóstico de TEA acompanha a classificação de suporte, normalmente referida como níveis de suporte, que se refere a quanto à pessoa autista necessitará de auxílio ou apoio para realizar as atividades de vida diária e prática no seu cotidiano. Há três níveis de suporte. No nível 1, notam-se déficits na comunicação social, prejuízos na interação social, rigidez cognitiva e comportamental, dificuldades na organização e no planejamento que reduzem a autonomia, requerendo suporte para realização de atividades de vida diária e vida prática específicas. O nível 2 indica deficiência mais grave nas relações sociais e na comunicação verbal e não verbal.

Além disso, a pessoa é mais inflexível, apresentando comportamentos repetitivos e dificuldade com mudanças. Mudar o foco das ações é geralmente difícil para pessoas nesse nível de suporte. No nível 3, os déficits em relação à comunicação verbal e não verbal são mais graves. A habilidade social se estabelece com muito custo, e comportamentos como a dificuldade para lidar com mudança e ações repetitivas se tornam mais graves.

Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)

O TDAH é um dos transtornos do neurodesenvolvimento com alterações neurobiológicas que se inicia na infância, antes dos 7 anos de idade, e acompanha o indivíduo ao longo da vida. O TDAH é considerado o transtorno mais prevalente na infância, com uma média de 5% em todo mundo, associado principalmente ao período escolar.

O diagnóstico de TDAH é clínico, realizado com base em avaliações médicas, de desenvolvimento e educacionais. Entrevista com o paciente e seus familiares, com foco em suas queixas atuais e pregressas, prejuízo funcional e critérios de exclusão fazem parte do diagnóstico. A desatenção, hiperatividade e impulsividade são os sintomas característicos do TDAH, podendo ainda estar associada a prevalência de um ou mais deles. Dentro da condição diagnóstica é comum que os sintomas relativos à hiperatividade e impulsividade reduzam a intensidade durante a adolescência e o início da vida adulta. Nessas etapas da vida, os sintomas se manifestam principalmente por meio do ritmo de pensamento acelerado e relação desproporcional com os hábitos do trabalho ou acadêmicos.

Em geral, o TDAH compromete as habilidades acadêmicas, gerando maior dificuldade para prestar atenção no conteúdo em sala de aula, bem como realizar as atividades avaliativas propostas. É preciso levar em conta ainda o quantitativo a ser realizado, devido ao déficit nas funções executivas, sobretudo nas habilidades de planejamento e organização. Nesse sentido, é recomendável a divisão de atividades de forma proporcional à capacidade de realização.

Transtornos Específicos da Aprendizagem (TA)

Os TA incluem o conjunto de déficits relacionados à aprendizagem, que anteriormente eram subdivididos em transtornos da leitura, escrita, cálculo e outros. Essa condição afeta o desempenho escolar e acadêmico, contrapondo o potencial e os níveis reais de desempenho acadêmico, bem como as habilidades intelectuais da pessoa com essa condição. Esses transtornos envolvem dificuldades relativas à atenção, linguagem ou percepção e processamento visual de informações, impactando o processo de aprendizagem e comprometendo o rendimento escolar e/ou acadêmico. A condição é marcada por dificuldades de aprendizagem específicas, afetando a capacidade de compreensão ou utilização da linguagem falada e escrita, dos números e raciocínio por meio de conceitos matemáticos.

Dentre os TA estão incluídos a dislexia, aprendizagem com comprometimento específico da leitura; a discalculia, dificuldades relacionadas à habilidade em compreender e manipular números, e a disortografia, que está relacionada ao comprometimento da escrita. Todas essas condições específicas da aprendizagem necessitam de adaptação dos materiais pedagógicos bem como estratégias de ensino e avaliação que possibilitem ao aluno desempenhar suas habilidades da melhor forma possível. Existe ainda uma classificação para dificuldades relacionadas às habilidades de desenhar, copiar, coordenar e regular movimentos voluntários especializados, denominado transtorno do desenvolvimento da coordenação, que incluem a disgrafia e a dispraxia. O transtorno do desenvolvimento da coordenação é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento sutil, marcado pela dificuldade na realização de atividades que exijam o domínio nas habilidades de coordenação motora.



Ilustração representando pessoa com TDAH. Design by Freepik

Transtornos Motores: Síndrome de Tourette, Tiques e Movimentos Estereotipados

A síndrome de Tourette refere-se a uma alteração neuropsiquiátrica, com ocorrências compulsivas, sendo o início dos sintomas durante a infância. A síndrome é marcada por comprometimento significativo nas habilidades sociais e psicológicas, impactando a vida dos pacientes com essa condição e de seus familiares. As condições de sua ocorrência estão relacionadas a fatores genéticos, neurofisiológicos e neuroanatômicos, causando alterações comportamentais e compulsivas, tiques motores e alterações vocais (Teixeira et al., 2011). Em geral, a síndrome de Tourette está associada à presença de transtorno obsessivo compulsivo (TOC), TDAH e TA.

Os tiques motores ocorrem no início da síndrome e podem se apresentar em piscar, franzir a testa, contrair músculos da face, balançar a cabeça, girar o pescoço, contrair de forma abrupta músculos abdominais, entre outros, podendo apresentar sintomas mais complexos como tocar ou bater em objetos próximos. Os tiques vocais mais comuns são ruídos desarticulados, como tossir ou espirrar, fungar ou limpar a garganta. Alguns sintomas que popularizaram a síndrome de Tourette, ainda que com pouca frequência, envolvem a coprolalia, copropraxia e ecolalia, sendo definidas pelo uso de palavras de forma involuntária, gestos obscenos e a formulação de insultos, e repetição de palavras, sons ou frases ditas por outra pessoa, respectivamente.

Com o desenvolvimento das habilidades cognitivas, é possível que os tiques motores ou vocais reduzam de forma significativa a sua manifestação. Como as manifestações dos tiques causam desconforto social, a síndrome de Tourette pode estar associada a presença de sintomas relativos à ansiedade, irritabilidade ou fobia social.

A síndrome de Tourette não tem cura, mas é possível controlar a incidência dos sintomas por meio de terapia cognitiva comportamental ou tratamento medicamentoso a fim de reduzir a intensidade dos tiques. O tratamento precoce é fundamental para obter suporte e auxílio especializado, reduzindo os prejuízos sociais e emocionais causados pela condição. Lembrando que, para pessoas que convivam ou não com alguém com diagnóstico da síndrome de Tourette, o acolhimento e respeito são fundamentais para entender que a manifestação dos tiques característicos ocorre de forma totalmente involuntária, sendo impossível controlá-los.

No ambiente acadêmico, vale ressaltar que, repreender o estudante ao manifestar tais comportamentos repetitivos, além de não ter eficácia pode fazer com que o quadro clínico sofra uma piora. A melhor forma de apoiar esses estudantes é compreender que tais comportamentos são involuntários e, se possível, tentar compreender a dinâmica de funcionamento do estudante durante as aulas.

Neurodivergência e legislação

As pessoas neurodiversas são pessoas com deficiência?

Não necessariamente. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, indica no artigo 2 que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Nos termos da legislação, as pessoas neurodiversas enquadradas como pessoas com deficiência são aquelas que têm deficiência intelectual, definida como funcionamento intelectual inferior à média, que se manifesta antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas, como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho; e aquelas que têm TEA.

Pessoas diagnosticadas com TDAH, síndrome de Tourette ou com qualquer TA não são consideradas pessoas com deficiência. No entanto, como no Brasil vigora o sistema educacional inclusivo, conforme previsão na Constituição Federal, nas normas gerais da educação e na LBI, essas pessoas têm o direito de solicitar adaptações didático-pedagógicas inerentes a sua condição. Cabe destacar que em muitas situações mais de uma neurodivergência pode se manifestar na pessoa. Por exemplo, cerca de 30% das pessoas que têm dislexia também têm diagnóstico de TDAH. Há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 2.630/21) que pretende considerar a pessoa com TDAH como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Legislação que garante o acesso à educação e os estudantes neurodiversos

O acesso à educação no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No caso da educação superior, o artigo 44 da LDB estabelece que esta etapa da formação abrangerá os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão. O artigo 44, § 1º, esclarece que o ingresso na educação superior se dará por processo seletivo, organizado e publicizado pela respectiva instituição de ensino superior (pública ou privada).

Após a conclusão do ensino médio, qualquer estudante que fizer opção pelo ingresso na educação superior, com ou sem deficiência, neurodiverso ou típico, terá que passar por um processo seletivo. No entanto, o estudante com deficiência ou alguma neurodivergência tem o direito de solicitar atendimento especializado no processo seletivo, desde que apresente laudo médico que comprove a condição declarada. No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo, o atendimento específico para estudantes neurodiversos incluem auxílios para leitura das questões e transcrição de respostas, e tempo adicional para a realização das provas.

No caso de pessoas diagnosticadas com TEA, por exemplo, legalmente consideradas pessoas com deficiência, aplica-se o disposto no Capítulo IV do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para essas pessoas, há opção de ingresso na educação superior por meio da reserva de vagas prevista na legislação federal, estadual ou municipal, conforme cada caso.

Símbolo mundial da conscientização do TEA. Design by Freepik

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo é 02 de abril.



Estudantes neurodiversos no ensino superior

No Brasil, o Censo da Educação Superior 2020 contabilizou 8.680.354 de matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância de instituições de ensino superior (IES) da rede pública federal, estadual e municipal e da rede privada. Desse total, 0,64% ou 55.829 matrículas são de pessoas com necessidades especiais: 34,5% em IES públicas e 65,5% em IES privadas. Considerando as categorias deficiência intelectual e autismo, únicas neurodivergências explicitadas no Censo, havia 6.209 matrículas de estudantes com deficiência intelectual (0,07% do total) e 2.974 matrículas de estudantes autistas (0,03% do total). Isso representa 3,7 e 6 vezes mais matrículas de estudantes com deficiência intelectual e autismo, respectivamente, na comparação com os dados de 2015.

Antes de prosseguir no assunto, é preciso fazer uma consideração importante em relação à classificação utilizada no Censo da Educação Superior e a terminologia médica. A classificação de deficiência intelectual utilizada no Censo dá ideia equivocada de que se trata somente de estudantes com transtorno do desenvolvimento intelectual ou deficiência intelectual, conforme terminologia médica incluída no início desta publicação. Rebelo e Silva (2022) avaliaram os registros estatísticos oficiais da educação básica brasileira entre 1974 e 2019, e questionaram a alta proporção de matrículas de estudantes com deficiência intelectual. As autoras sugerem que muitos estudantes classificados nessa categoria se tratavam, na verdade, de pessoas com algum TA ou outra neurodivergência. Nesse caso, assumimos que os dados do Censo da Educação Superior também podem estar viesados para essa categoria (deficiência intelectual) pelo fato de utilizar metodologia similar à aplicada na educação básica.

As estatísticas da educação brasileira mostram que o ingresso de estudantes neurodiversos na educação superior está aumentando. Isso dá a falsa impressão de que o percentual de pessoas neurodiversas na população aumentou, o que não é necessariamente verdade. A explicação para o aumento de ingressantes neurodiversos pode residir em vários aspectos, não mutuamente excludentes, tais como: diagnósticos mais precisos para a identificação da neurodivergência; intervenção precoce e multidisciplinar que permite melhora na qualidade de vida, incluindo relações sociais,

desempenho cognitivo e escolar; aplicação de estratégias didático-pedagógicas que contemplam diversas formas de aprendizagem; legislação e políticas públicas que garantem os direitos e reconhecem as especificidades do aprendiz; e o avanço tecnológico que permite maior acesso à informação e maior flexibilidade nas ações educacionais.

O laudo médico é necessário para ingresso no curso superior? Qual é o papel do mediador?

O laudo médico é obrigatório na matrícula para estudantes que ingressam no ensino superior pela reserva de vagas para pessoas com deficiência. Independente da forma de ingresso (reserva de vagas ou ampla concorrência), a apresentação do laudo médico que comprove a condição de pessoa com deficiência dá ao estudante o direito de solicitar à instituição a presença de um mediador para acompanhá-lo nas atividades acadêmicas.

Para entender melhor quem é o mediador e qual o seu papel, são necessárias algumas definições. O mediador atua nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades pedagógicas, e nas limitações motoras ou da leitura, conforme a necessidade do estudante. Os mediadores que atuam no espaço escolar e acadêmico são pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, intérpretes de Libras, guias, guias-intérpretes, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. O mediador não substituirá o docente e nem realizará as atividades pelo estudante, mas tão somente dará suporte a ele. O estudante tem o direito de requerer a presença do mediador em todos os espaços didáticos e no acompanhamento das avaliações. Em qualquer espaço didático, o docente é a figura que tem autoridade, mas o mediador deve ser auxiliado pelo docente. Parte desse auxílio se refere, por exemplo, a obter informações suficientes e antecipadas sobre a rotina de aulas e demais atividades para garantir a qualidade da mediação.

No caso de estudantes neurodiversos, somente aqueles que se enquadrem na previsão legal de pessoa com deficiência, como autistas, por exemplo, têm o direito de solicitar à instituição um mediador, se assim o desejarem. Nesse caso, a mediação é geralmente realizada por pedagogos, psicopedagogos ou psicólogos.

O docente tem o direito de saber qual é a neurodivergência do estudante?

Sim, sempre! A partir da apresentação do laudo médico à instituição, o docente deve ser informado o mais rápido possível pelo setor competente, como registro acadêmico ou coordenação de curso. Isso permite a otimização do atendimento especializado, caso necessário, e a organização das melhores práticas didático-pedagógicas.

O docente é obrigado a aprovar compulsoriamente o estudante neurodiverso?

Não, nunca! Não há trecho na legislação que obrigue a aprovação compulsória de um estudante neurodiverso se o desempenho acadêmico exigido na disciplina não for alcançado. Entretanto, esse estudante precisa de adaptações didático-pedagógicas que atendam a sua condição. Importa saber que a partir da apresentação do laudo médico, a instituição e o docente devem prover o atendimento especializado necessário, como organizar auxílio para leitura das questões e transcrição de respostas, tempo adicional para realização de provas e organização de provas em local reservado. Isso é uma prerrogativa válida para qualquer estudante neurodiverso que apresente laudo médico que ateste a sua condição, sendo pessoa com deficiência ou não.

A seguir estão apresentados os procedimentos didático-pedagógicos que visam a inclusão e o melhor desempenho acadêmico de estudantes neurodiversos no ensino superior. Parte dos procedimentos não constitui necessariamente uma obrigação legal do docente, mas com certeza todos os procedimentos integram aquilo que se espera do exercício da profissão. **Ao ler os procedimentos, será possível compreender que muitos deles vão beneficiar todos os estudantes, sejam neurodiversos ou típicos.**

Orientações para docentes do ensino superior e práticas didático-pedagógicas com estudantes neurodiversos

Entender quais são as características gerais de cada neurodivergência, conforme descrito no início desta publicação, auxilia os docentes na organização das práticas didático-pedagógicas visando o melhor desempenho acadêmico dos estudantes. Importa esclarecer que a depender do acompanhamento familiar, psicológico, fonoaudiológico, médico e pedagógico que a pessoa tem ou teve ao longo da vida, os comportamentos sociais, as condições de sensibilidade e de atenção ou a manifestação dos transtornos de aprendizagem variam bastante. A variação é tanta, que o docente e os colegas de turma podem nem perceber que se trata de um estudante ou colega neurodiverso, a não ser que isso seja informado explicitamente.

Ao descrever as orientações e as práticas didático-pedagógicas, indicamos quem se beneficiará e porquê. Dessa forma, os docentes que ainda não são familiarizados com as neurodivergências compreenderão melhor as necessidades de cada uma delas. Antes de adentrar nas orientações propriamente ditas, gostaríamos de reiterar que muitos comportamentos de pessoas neurodiversas fazem parte do seu déficit social e de comunicação, ou são involuntários. O autista, por exemplo, tem dificuldade para reconhecer, expressar e gerir emoções, o que pode levar a reações inesperadas para uma dada situação, como choro ou risada fora do contexto. O autista também pode repetir palavras ou frases para mostrar que registrou o que acabou de ser dito, ou pelo fato de estar ansioso.

Estudantes com transtornos motores, com a síndrome de Tourette, podem apresentar tiques vocais, fazer gestos e usar palavras de forma involuntária, incluindo insultos e repetição de palavras ditas por outra pessoa. Não repreenda os estudantes, não leve para o lado pessoal, e não encare como desrespeito. Esses comportamentos tenderão a piorar ou causar mais estresse ou ansiedade se houver exposição pública da pessoa, como uma repreensão na presença dos demais colegas da turma.

Nota explicativa: os espaços didáticos referidos no texto incluem sala de aula expositiva, sala de aula prática ou laboratório, e demais espaços externos utilizados para fins didáticos, tais como 'campo', incluindo parques, praia, floresta, etc.; museus e exposições.

Ambientação

- ✓ Evite estímulos sensoriais intensos nos espaços didáticos.

Fundamentos que justificam a orientação:

Estímulos sensoriais intensos, tais como muito ruído ambiente ou som alto, muita luz ou luz oscilante, projeções de slides ou vídeos com efeitos especiais e cheiro forte e variação de texturas, têm potencial para desconcentrar ou irritar qualquer pessoa, seja neurodiversa ou típica. Os estímulos sensoriais intensos são especialmente críticos para pessoas com TEA (autistas). A depender da intensidade dos estímulos, pessoas com TDAH tendem a ficar mais agitadas, o que compromete a sua concentração.

Autistas normalmente têm Transtorno do Processamento Sensorial (TPS), que é o incômodo extremo causado por sensações produzidas pelo ambiente como sons, luzes, odores, texturas e sabores. O TPS pode se relacionar com qualquer dos cinco sentidos. O incômodo extremo devido à sobrecarga sensorial afeta a capacidade de enfrentamento do autista. Isso pode ser desencadeado por um único evento, como um ruído alto inesperado, ou pode aumentar com o tempo devido ao esforço necessário para lidar com as sensibilidades sensoriais na vida cotidiana. A sobrecarga sensorial pode levar a crise sensorial, e quando isso acontece pode haver a manifestação do comportamento de balançar o corpo para se autorregular, e a dificuldade de permanecer no ambiente. A pessoa com TPS pode apresentar sensibilidade maior aos estímulos do ambiente, definida como hipersensibilidade, mas também pode ter uma sensibilidade muito menor, nomeada de hipossensibilidade.

Autistas têm dificuldade em filtrar ou bloquear sons e ruídos de fundo que competem por sua atenção durante uma conversa, como outras pessoas falando, música tocando, veículos no trânsito, etc. Isso torna o simples ato de ouvir o que a outra pessoa está falando desgastante. Portanto, se o autista pedir a você que repita o que disse uma ou várias vezes, repita, ou então indique outro ambiente, com menos ruído, para continuar a conversa.

Práticas didático-pedagógicas sugeridas:

- Peça a todos para manterem **silêncio durante as aulas** e oriente para que **cada um fale por vez**, sempre pedindo a palavra antes. Se a dinâmica da aula for na forma de debate, vale a mesma orientação (cada um fala por vez).
- Se a aula for em **espaço externo**, avalie junto ao autista (e ao mediador) quais seriam as **possíveis implicações de desconforto e irritação** inerentes ao espaço escolhido para aula, e organize uma atividade substitutiva, se for o caso.
- Se a **comunicação com o autista for em ambiente com ruído**, é possível, por exemplo, que ele peça para você **repetir a informação**. Isso não é desatenção, conforme explicado anteriormente.
- **Evite slides e projeções com efeitos especiais**, especialmente em espaço didático escuro. Se isso for imprescindível à aula, permita que o autista assista aos slides ou projeções em casa, ou em outro local com mais conforto sensorial.
- **Permita ao autista utilizar fone de ouvido isolador ou minimizador de ruído** em momentos de estresse.
- **Permita ao autista sair do espaço didático** em momentos de estresse. A presença de um mediador pode auxiliar nesses momentos.
- Dê preferência aos **espaços didáticos que tenham climatização com baixa emissão de ruído ou ventilação natural**. Se isso estiver fora da sua ação docente, peça à instituição que tome as providências cabíveis.
- Dê preferência aos **espaços que tenham lâmpadas de LED ou incandescentes**, ao invés das fluorescentes que piscam e podem fazer ruído. Se isso estiver fora da sua ação docente, peça à instituição que tome as providências cabíveis.

Note que apesar de muitas ambientações fazerem referência a autistas, elas tendem a beneficiar a todos. Afinal, **espaços didáticos com conforto sensorial beneficiam estudantes e docentes.**

Primeiro contato com o estudante neurodiverso

- ✓ Não o trate de forma infantilizada, e nem o subestime.
- ✓ Cumprimente-o naturalmente, mas evite o contato físico.
- ✓ Seja sempre assertivo na comunicação.
- ✓ Procure se comunicar de frente para a pessoa.
- ✓ Não espere pelo contato visual se for estudante autista (isso não quer dizer desatenção ou falta de entendimento).

Fundamentos que justificam as orientações:

Os transtornos do neurodesenvolvimento têm manifestações cognitivas variáveis, mas não representam necessariamente déficit intelectual. O estudante neurodiverso que cumpriu as etapas da educação básica, prestou processo seletivo e ingressou no ensino superior, desenvolveu habilidades cognitivas para isso e, portanto, não deve ser infantilizado ou subestimado.

O contato físico (toque, aperto de mão, abraço) pode ser desagradável ao autista hipersensível que tenha TPS, conforme explicado no subitem Ambientação. O déficit social também pode fazer com que autistas fiquem desconfortáveis com o contato físico. Nem todo autista é hipersensível ou se comporta dessa forma, e há autistas que não se incomodam com o contato físico. Entretanto, se você ainda não conhece a pessoa, o melhor é evitar.

A assertividade na comunicação é fundamental para todos os estudantes, particularmente os neurodiversos. Isso deve ser empregado no primeiro contato e em todas as atividades da disciplina. Permita que a pessoa tenha tempo para processar o que você diz, e falar demais ou dar muita informação de uma vez só pode deixá-la confusa. Pessoas com TDAH se distraem e dispersam com facilidade, e quanto mais assertiva for a comunicação mais fácil será manter a atenção e compreender aquilo que é comunicado. Autistas são mais propensos a interpretar as coisas literalmente, e têm dificuldade em entender temas abstratos, duplo-sentido, sarcasmo, metáforas ou figuras de linguagem, ou em identificar como o tom de voz e as expressões faciais mudam o significado da comunicação.

Autistas também podem ter dificuldade em saber quando falar com outras pessoas, ou quando é apropriado iniciar, terminar ou entrar em uma conversa, pela dificuldade que têm em interpretar o comportamento e a linguagem corporal dos outros. Portanto, o docente pode convidar o estudante autista a contribuir para uma discussão em sala de aula e/ou fazer perguntas diretamente para ele.

Uma parte do cérebro ativada pelo contato visual, o sistema subcortical, é ativada de forma incomum nos autistas, explicando a dificuldade de contato visual e o menor nível de engajamento social. No caso de pessoas com TDAH é justamente o contrário, pois elas precisam que o contato visual seja estabelecido como forma de mantê-las focadas na explicação. Portanto, a comunicação de frente para a pessoa, preferencialmente na sua altura, é importante; e você deixa o estudante à vontade para decidir se quer ou não fazer contato visual com você.

Durante as aulas e atividades correlatas

- ✓ Seja assertivo nas explicações e instruções.
- ✓ Estabeleça a rotina da disciplina e apresente-a (oral e por escrito).
- ✓ Varie a rotina de ensino da disciplina, prevendo isso no cronograma.
- ✓ Se a disciplina tiver a participação de outras pessoas, apresente-as indicando nomes e atribuições.
- ✓ Se a atividade tem muitas etapas, repasse as instruções em etapas.
- ✓ Faça pausas regulares, especialmente em aulas expositivas.
- ✓ Disponibilize o conteúdo teórico antes de cada aula expositiva.
- ✓ Utilize a internet como suporte de informação.
- ✓ Disponibilize canal de comunicação por escrito.
- ✓ Pergunte regularmente se há alguma dúvida.
- ✓ Evite críticas negativas em público.

Fundamentos que justificam as orientações:

A importância da assertividade para a comunicação com estudantes neurodiversos foram destacadas no subitem Primeiro contato com estudantes neurodiversos. Convém ressaltar que quando nos referimos a comunicação, se trata de ambas: oral e por escrito. Portanto, a apresentação do cronograma; as explicações em sala de aula; o material visual de suporte, como slides, escrita na lousa e vídeos; as instruções para execução de atividades práticas, experimentos, relatórios e avaliações; dentre outras ações referentes a disciplina, devem ser organizadas atendendo aos pressupostos da assertividade.

Pessoas neurodiversas geralmente têm dificuldade na organização e planejamento de suas atividades cotidianas. Portanto, a rotina da disciplina previamente estabelecida e apresentada pelo docente melhora o desempenho acadêmico desses estudantes. Autistas também se apegam a rotina pela previsibilidade associada a ela, o que facilita a compreensão das situações e os deixa mais seguros. Dessa forma, alterações inesperadas na rotina como a mudança de datas e procedimentos, ou a presença de pessoa desconhecida para conduzir uma atividade ou aplicar uma avaliação pode causar estresse. Nisso reside também a importância de apresentar previamente os eventuais colaboradores da disciplina e suas atribuições, como outros docentes e monitores.

A variação na rotina de ensino, com métodos que contribuam para melhorar a concentração, favorece o aprendizado dos estudantes com TDAH, uma vez que eles tendem a ficar dispersos mais rapidamente. Entretanto, a variação na rotina deve ser prevista no cronograma da disciplina, de modo a beneficiar todos: neurodiversos em geral que têm dificuldade em planejamento e organização, autistas que precisam da previsibilidade, e estudantes com TDAH que precisam da variedade.

A dificuldade de concentração de estudantes com TDAH pode levá-los a se confundir em relação ao que fazer e a ordem dos procedimentos, quando muitas instruções ou informações são disponibilizadas ao mesmo tempo. Em atividades acadêmicas longas, com várias etapas, como o desenvolvimento de um projeto ou experimento de longa duração, é conveniente repassar as instruções na medida que a atividade se desenvolve, ao invés de fornecer as instruções de uma só vez.

O cérebro humano precisa de descanso para consolidar o conhecimento recém-adquirido e transformá-lo de memória transitória para memória duradoura. Os intervalos entre aulas e durante as aulas são igualmente importantes para o descanso do cérebro e para o aprendizado, independentemente de se tratar de estudante neurodiverso ou típico. O conteúdo novo é bem absorvido durante aproximadamente uma hora (60 minutos), e depois disso é recomendável intervalo de 15 a 20 minutos, para então expor o estudante ao novo conjunto de informações. Para estudantes neurodiversos que têm dificuldade em manter a concentração por longo período de tempo, como nos casos de TDAH, esse intervalo é essencial.

As dificuldades dos transtornos do neurodesenvolvimento perpassam pelo desenvolvimento das habilidades cognitivas e de comunicação. Portanto, o tempo e a forma de aprendizagem e de assimilação da informação pelos estudantes neurodiversos varia muito entre eles, e em relação aos típicos. O contato prévio com o conteúdo teórico das aulas permite mais tempo para compreender e refletir sobre o conteúdo, levando ao melhor aproveitamento durante a aula expositiva, por exemplo.

A utilização da internet como suporte de informação auxilia na transposição do conteúdo teórico, pois dá a possibilidade de organizar um repositório digital de informações e de acessar outros recursos instrucionais, tais como vídeo aulas, vídeos, filmes e documentários. Estudantes neurodiversos que apresentam dificuldade na leitura ou cópia em sala de aula se beneficiam do contato prévio com o conteúdo, ou da vinculação do conteúdo na internet. Se selecionar vídeo aulas ou outro audiovisual como recurso instrucional, verifique a opção de legenda. Autistas com hipersensibilidade ao som se beneficiam disso, pois podem desativar o áudio e acompanhar o conteúdo pelas imagens e pela leitura.

A disponibilização de canal de comunicação por escrito é útil para tirar dúvidas sobre o conteúdo ministrado e/ou para informar sobre alguma dificuldade em particular. Escrever é mais fácil, principalmente se houver déficit na comunicação verbal, como acontece com autistas. Redigir as perguntas ou ideias em e-mail ou *chat* é uma forma menos estressante de desenvolver a conversa, pois há 'tempo' para organizar a comunicação. Essa estratégia facilita não apenas a formulação das questões, mas

também a compreensão das respostas, pois não haverá interferência dos sinais sociais e dos sinais externos que permeiam a comunicação oral em ambientes heterogêneos, como nos espaços didáticos.

Pode parecer óbvio propor ao docente que questione regularmente a turma se há dúvidas sobre as instruções repassadas, o conteúdo ministrado ou o material de suporte disponibilizado, mas às vezes o óbvio precisa ser reiterado. O questionamento regular deixa os estudantes mais à vontade para manifestar eventuais dúvidas, e favorece a assimilação de conceitos e a atenção do estudante com TDAH, por exemplo. No caso de autistas, recomenda-se ao docente indagar diretamente a ele devido as dificuldades de comunicação e linguagem que são próprias do TEA. Entretanto, se o estudante autista estiver engajado e com atenção em alguma atividade de interesse, aguarde o término para perguntar, pois a interrupção pode gerar estresse ou irritabilidade.

O docente é o responsável pela turma e pelos espaços didáticos que utiliza no exercício da função. Logo, o docente também é responsável pela manutenção do respeito no espaço didático visando o benefício coletivo do processo de ensino-aprendizagem e da boa convivência. Infelizmente, podem acontecer eventos ou desentendimentos que perturbem o andamento das atividades acadêmicas, e o docente terá que intervir. Sim, isso pode acontecer em cursos do ensino superior! Caso a situação envolva estudante neurodiverso, em especial com TDAH ou TEA, convém conversar separadamente para resolver a situação e evitar a exposição pública, pois essa exposição desencadeia mais estresse, agitação ou ansiedade na pessoa em comparação a mesma situação envolvendo um estudante típico. Autistas, por exemplo, são mais propensos a relutar em ceder a intimidações e expressam suas frustrações de maneiras não-assertivas, ou seja, eles não expressam o que sentem verbalmente, o que pode desencadear uma crise de ansiedade.

O mesmo procedimento sugerido acima vale quando se trata do desempenho acadêmico do estudante: comentários sobre notas baixas e/ou dificuldades no acompanhamento das atividades devem ser feitos de forma reservada. A comunicação escrita é muito útil para esta finalidade.

Práticas didático-pedagógicas sugeridas:

- **Assertividade, sempre!** Clareza nas explicações, sem discurso redundante ou informações que não estejam contextualizadas; hierarquia de raciocínio ao desenvolver o conteúdo teórico, que vale tanto para explanação oral quanto uso da lousa; evite o excesso de informações em slides e o uso de imagens complexas, com cores e detalhes desnecessários ao entendimento do conteúdo; dê instruções claras o suficiente para que os estudantes saibam exatamente o que devem fazer, e por quais parâmetros de desempenho serão avaliados, conforme cada caso.

- **Rotina da disciplina apresentada no início do semestre letivo** - oral e por escrito. Se precisar fazer alterações, comunique antecipadamente aos estudantes:

- i) cronograma detalhado contendo datas, conteúdos ministrados, atividades executadas e referências de suporte aos conteúdos;

- ii) indicação do local das aulas e demandas de cada tipo de aula (por exemplo: definir o que é preciso vestir e/ou portar para aulas práticas ou em campo, tempo de duração das atividades, etc.); e

- iii) data, conteúdo, formato e prazos para execução e entrega das avaliações.

- **Apresente aos estudantes os outros docentes e monitores** que participarão da disciplina, se for o caso, e indique qual a função de cada um e em que etapa eles participam da disciplina.

- **Estabeleça rotina de ensino que inclua diferentes tipos de atividades e recursos instrucionais**, como aulas expositivas, práticas, em laboratório ou no campo; visitas guiadas; assistência a vídeo aulas, vídeos, filmes, documentários e/ou palestras; aprendizagem por solução de problemas; etc. **Ao incluir recursos audiovisuais na rotina, certifique-se que há legendas** ou ferramentas que façam isso, como o YouTube que gera legendas automáticas.

- Dê preferência por **dividir as atividades acadêmicas longas e as instruções relacionadas a essas atividades em etapas**, definindo claramente o prazo para o cumprimento de cada etapa. Por exemplo, tratando-se da execução de um projeto, cujo desenvolvimento inclui realizar o levantamento bibliográfico sobre o tema para organização do texto, realizar a investigação propriamente dita, e depois analisar e interpretar os resultados, é mais conveniente a dinâmica em etapas. O repasse de instruções, o acompanhamento da atividade e os prazos para o seu cumprimento também devem ser organizados dessa forma.
- **Planeje intervalos de 15 minutos a cada 60 minutos de aula expositiva**, aproximadamente, informando antecipadamente a turma que essa será a rotina aplicada durante as aulas.
- **Disponibilize o conteúdo teórico aos estudantes antes de cada aula expositiva** na forma de capítulo de livros ou apostilas, artigos científicos, slides da aula expositiva, vídeo aulas sobre o conteúdo ou outro material pertinente. O docente pode organizar sala de aula nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), como o Google Classroom, para servir de repositório digital deste material. Inclua materiais que possam ser impressos, pois há estudantes que se adaptam melhor a leitura nesse formato. Atente-se para a importância de planejar e organizar o conteúdo digital da mesma forma que deve fazer com as atividades presenciais.
- **Disponibilize canal de comunicação por escrito** para enviar informações, tirar dúvidas e fazer quaisquer esclarecimentos necessários. Esse canal pode ser e-mail do docente, e-mail criado para a disciplina, ou *chat* do AVA. É importante definir antecipadamente qual é a sua previsão de resposta às mensagens recebidas. Por exemplo, você pode definir com os estudantes que as respostas serão enviadas semanalmente, entre segunda-feira e terça-feira, ao longo do horário de expediente, independentemente de quando as perguntas forem enviadas.

- Durante aulas e atividades correlatas, **pergunte regularmente aos estudantes se há alguma dúvida de conteúdo ou execução da atividade, principalmente quando se trata de informação ou ação nova.** Se disponibilize a responder as dúvidas reservadamente, se o estudante assim o desejar. Isso pode acontecer após a aula, no próprio espaço didático; com agendamento prévio em outro local e horário/data; ou pelo canal de comunicação por escrito.
- Se houver algum contratempo durante as atividades acadêmicas ou se precisar conversar sobre o desempenho acadêmico, evite fazer isso na presença dos demais estudantes, e busque o entendimento conforme sugerido acima.

Presença nas aulas, realização de trabalhos acadêmicos e de avaliações

- ✓ Planeje formas alternativas para contabilizar presença.
- ✓ Planeje instrumentos alternativos de avaliação.
- ✓ Conceda tempo extra e local reservado para realização de avaliações.
- ✓ Divida as avaliações em partes ou etapas.
- ✓ Seja assertivo nas instruções de trabalhos acadêmicos e avaliações.

Fundamentos que justificam as orientações:

Estudantes neurodiversos que fazem uso de medicação ou têm TPS podem se ausentar dos espaços didáticos em algumas ocasiões, a depender do seu estado de saúde ou das condições do local que podem agravar a hipersensibilidade devido ao TPS. Sabendo disso, planeje formas alternativas para contabilizar a presença nessas situações.

Compreenda as dificuldades na interação e na comunicação social de alguns estudantes neurodiversos, e não force interações. No caso de autistas, por exemplo, debates ou grupos com muitas pessoas e apresentações orais podem ser estressantes. As condições cognitivas, comportamentais e de comunicação de

peças que têm algum transtorno do neurodesenvolvimento foram esclarecidas no início desta publicação, e exemplificadas ao longo do texto. Portanto, se o leitor chegou até aqui ele já compreendeu que o tempo de resposta de estudantes neurodiversos é diferente dos típicos. Isso justifica a necessidade de tempo extra para realizar trabalhos acadêmicos e avaliações. A partir da apresentação do laudo médico, a instituição e o docente devem prover o atendimento especializado para as avaliações, conforme detalhado anteriormente nesta publicação.

Em geral, estudantes neurodiversos têm dificuldade em planejamento e organização, e para muitos há dificuldade de concentração. Esses fatores influenciam no cumprimento de trabalhos acadêmicos e avaliações quando as informações ou respostas são solicitadas de uma só vez. A divisão de tarefas avaliativas em etapas facilita a resolução e a conclusão do problema, e torna a realização das tarefas menos exaustiva.

Reiteramos que para estudantes neurodiversos a eficiência na comunicação oral e escrita está associada a assertividade de quem comunica. Isso também inclui clareza em relação ao que se espera deles na realização de atividades acadêmicas e avaliações, e a forma pela qual eles serão avaliados.



Práticas didático-pedagógicas sugeridas:

- **Compensar a ausência na aula por trabalho ou estudo dirigido** sobre o tema abordado, a depender da justificativa apresentada pelo estudante.
- **Ofereça métodos alternativos de avaliação**, que podem ser modalidades na forma oral ou escrita, trabalhos individuais ao invés de em grupo, apresentações privadas ao invés de públicas, e **organize um espaço alternativo para o estudante realizar as avaliações** (sala separada dos demais estudantes da turma). **Converse antecipadamente com o estudante, e defina com ele as possibilidades antes de tomar alguma decisão.**
- **A concessão de tempo adicional para realizar avaliação** pode acompanhar o que é praticado no ENEM, por exemplo. O ENEM concede às pessoas neurodiversas 60 minutos de tempo adicional para fazer a prova. O tempo regular de prova do ENEM é 5 horas, e essas pessoas podem realizar a prova em até 6 horas. Outra sugestão é aquela aplicada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) nas provas teóricas para obter a carteira de habilitação. Conforme a Resolução 789/20 do CONTRAN, a pessoa que comprovar TDAH, dislexia ou deficiência auditiva no exame de aptidão física e mental terá o dobro do tempo previsto para a realização da prova teórica.
- **Prefira elaborar avaliações em etapas ou com subdivisões, ao invés de avaliações de questão única.** Por exemplo, ao invés da questão única: ‘Descreva todos os componentes da célula animal e suas respectivas funções’; subdivida em: ‘Qual estrutura da célula contém o material genético?’; ‘Qual organela celular é responsável pela respiração celular?’; ‘Os lisossomos desempenham qual função na célula?’; ‘Quais são as características da membrana celular?’.

Considerações finais

Gostaríamos que a série de publicações 'Boas Práticas', produzida pelo NAP/UENF, incentivasse a desconstrução do pensamento, da fala e de atitudes capacitistas. A palavra capacitismo vem do termo em inglês ableism, e significa o preconceito direcionado às pessoas com deficiência. O significado do termo pode ser ampliado para o preconceito direcionado a qualquer pessoa atípica, seja pessoa com deficiência ou não.

Qualquer situação de saúde que perpassa pela saúde mental tende a ser estigmatizante para a pessoa que vive aquela situação. A conexão com problemas mentais quando se ouve os termos 'transtornos' ou 'neurodivergente' é imediata, e isso não está errado. Transtornos são alterações na saúde relacionados à ordem mental ou psicológica, e neurodivergente, neuroatípico ou neurodiverso são termos aplicados a quem tem algum diagnóstico de transtorno do neurodesenvolvimento. O errado é generalizar, e considerar os termos como sinônimo de incapacidade ou ineficiência. Esperamos que essa publicação tenha esclarecido o que são os transtornos do neurodesenvolvimento, e que em muitos quadros clínicos as adaptações didático-pedagógicas e a compreensão das condições cognitivas, de linguagem e comportamentais inerentes aos transtornos são suficientes para contribuir com o desempenho acadêmico de estudantes neurodiversos no ensino superior.

Esperamos que ao ler esta publicação, o docente do ensino superior perceba que a maior parte das 'adaptações' descritas são práticas didático-pedagógicas que beneficiarão a todos, sejam estudantes neurodiversos, típicos, pessoas com deficiência ou sem deficiência. Afinal, assertividade, planejamento e organização serão sempre bem-vindos na vida cotidiana, incluindo nos espaços acadêmicos e na prática docente.

Transmitimos nesta publicação informação sobre o tema, mas empatia, proatividade e mudança de atitude ficarão sempre por conta de cada pessoa.

Faça a sua parte!

Referências citadas no texto, sugestão de leitura e links sobre o tema

American Psychiatric Association - APA (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed

Rebelo AS & Silva AM (2022). Indicadores de matrículas de alunos com deficiência intelectual no Brasil. Debates em Educação, 14(35). <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14n35p482-499>

Reis GA, Zonta JB, Camilo BHN, Fumincelli L, Gonçalves MAS & Okido ACC (2020) Qualidade de vida de cuidadores de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. Revista Eletrônica de Enfermagem, 22. <https://doi.org/10.5216/ree.v22.59629>

Sasaki RK (2009) Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), 7, 10-16.

Sonuga-Barke E & Thapar A (2021) The neurodiversity concept: is it helpful for clinicians and scientists? Lancet Psychiatry, 8(7), 559-561. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(21\)00167-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(21)00167-X)

Teixeira LLC, Pantoja Júnior JMS, Palheta Neto FX, Targino MN, Palheta ACP & Silva FA (2011) Síndrome de La Tourette: revisão de literatura. Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia, 15(4), 492-500. <https://doi.org/10.1590/S1809-48722011000400014>

- Merck Sharp & Dohme: <https://www.msdmanuals.com/>
- Associação Brasileira do Déficit de Atenção: <https://tdah.org.br/>
- Tudo sobre TDAH: <https://www.tudosobretdah.com.br/>
- Autismo e Realidade: <https://autismoerealidade.org.br/>
- Coletivo de Autistas da USP – CAUSP: <https://jornal.usp.br/universidade/autistas-chegam-a-universidade-novo-coletivo-da-usp-quer-conscientizar-sobre-neurodiversidade/>
- Leis sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-2/leis-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>